

JOÃO DE PINA CABRAL

A COMPLEXIDADE ÉTNICA DE MACAU

Separata do livro *Estudos Orientais*
V—O Oriente, hoje: do Índico ao Pacífico

INSTITUTO ORIENTAL
LISBOA • 1994

A COMPLEXIDADE ÉTNICA DE MACAU¹

por João de Pina Cabral*

Desde a sua fundação — há mais de quatro séculos — Macau constituiu um dos poucos pontos de encontro a manter-se constante e inalterável, através dos reveses que marcaram o diálogo entre duas das civilizações mais diferenciadas do mundo. Todavia, a longevidade de Macau tem algo de surpreendente, se a virmos à luz da conturbada história da cidade. Recorrentemente, e desde sempre, o Território tem sido atravessado por profundas crises de legitimidade política cuja ocorrência tem uma periodicidade que indica tratar-se de fenómenos de natureza estrutural².

Em momentos diferentes da sua história, Macau tem sido coisas muito diferentes. Desde a pujança do período do comércio com o Japão, ao abandono e esquecimento das seis décadas filipinas, à pujança do período da East India Company, ao quase colapso que se segue à fundação de Hong Kong, às crises que acompanham o estabelecimento da República de Sun Yat-Sen no sul da China, à estranha liberdade e mísera independência

* Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

¹ O presente texto baseia-se no estudo mais substancial apresentado em *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense* (João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, Instituto Cultural de Macau, 1993). A versão original deste curto ensaio será publicada na *Revista de Cultura* (Instituto Cultural de Macau, 1994). O texto inclui ainda extractos previamente publicados em Novembro de 1993 no jornal Ponto Final de Macau. A investigação que permitiu a sua redacção foi realizada sob os auspícios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sendo integralmente subsidiada pelo Instituto Cultural de Macau. O autor deseja reconhecer a sua dívida pessoal e científica a ambas as instituições.

² Vide «Macau Bambu — um estudo sobre a identidade étnica macaense e a sucessão de gerações» em colaboração com Nelson Lourenço in *Administração* 21 (3), Setembro de 1993, Macau (versões portuguesa e chinesa).

durante a ocupação japonesa do sul da China, ao marasmo económico e social dos meados do nosso século, às humilhações dessa tão traumática Revolução Cultural, à presente prosperidade e pujança social — através de tudo isto um único elemento foi permanente: a confrontação de uma pequena mas contumaz população de cristãos, súbditos do Rei de Portugal com o espírito plástico e criativo do povo cantonense.

Muito tem sido escrito sobre a rica história da cidade, pouca atenção, porém, tem sido dedicada ao seu presente igualmente fascinante. Presos pelos nossos interesses quotidianos, num contexto social em que os desafios são constantes e em que a mudança social é imparável, torna-se mais confortável olhar para o passado que para o presente. Urge conhecer melhor um Território que, nas últimas duas décadas, surgiu perante os nossos próprios olhos como uma nova cidade. Não quero, contudo, deixar de enfatizar que as mudanças que se avizinham prometem vir a ser pelo menos tão profundas quanto as que pudemos observar até hoje. Por conseguinte, a breve introdução à questão da complexidade étnica do Macau dos nossos dias que esboçamos de seguida, corresponde a uma visão temporalmente datada. Macau, como terreno antropológico, é uma realidade social por relação à qual qualquer tentativa de produção de um modelo estruturalmente sincronicista é completamente insustentável.

O que entendem os cientistas sociais por *etnicidade*

Tanto no Ocidente como no Oriente, as sociedades urbanas modernas são caracteristicamente compostas por pessoas que têm diferentes origens, distintos passados familiares, línguas diversas, diferentes religiões, etc. A noção de *identidade étnica* responde a esta diversidade. Trata-se de um fenómeno muito heterogéneo cuja única base comum é a *construção social de uma origem* que funciona como um *campo de acção* para a vida em *comunidade*. O que a define é não depender de formas de associação baseadas em interesses estritamente económicos. Pelo contrário, a identidade étnica depende da inserção da pessoa num *processo histórico complexo* e é normalmente adquirida como parte das solidariedades primárias adquiridas no seio da família. Quando falamos de uma *etnicidade*, portanto, temos em mente a identificação de culturas particulares como modos de vida ou de identidade que são baseadas numa noção histórica de *origem* ou *destino comum* quer este seja mítico ou «real».

Como *fenómeno relacional* que é, a identidade étnica não é necessariamente unitária. Podem existir identidades étnicas dentro de identidades

étnicas, criando fenómenos de *subdivisão étnica* (ver, por exemplo, o famoso estudo que E. Honig fez da etnicidade em Xangai). Nas palavras de Abner Cohen: «a etnicidade na sociedade moderna é o resultado da *interacção* intensa de diferentes grupos culturais e não o resultado de uma qualquer tendência para a separação.»

A especificidade histórica de Macau

A cidade de Macau tem características únicas que lhe conferem uma *grande especificidade*, nomeadamente ao nível da sua composição étnica. De facto, súbditos do Rei de Portugal que se estabeleceram em Macau na segunda metade do século XVI constituíam já uma *população bastante complexa*, que integrava elementos dos mais diversos povos de toda esta região dos Mares do Sul da Ásia — *malaio*s, *japoneses*, *indianos*, *timorenses* e até *africanos*, como indicam as próprias fontes históricas portuguesas, chinesas e coreanas. Assim se formou a sociedade católica lusófona de Macau. Com o passar dos séculos, criou-se ali uma população com uma cultura que, sendo essencialmente portuguesa, tinha características especificamente locais os *macaenses*, conhecidos em cantonense pela expressão *to2 saang1* (lit. terra nascido). Criou-se aquilo que os cientistas sociais chamam uma cultura *crioula*. Voltaremos a esta questão de seguida.

Macau era uma *cidadela portuguesa*. Por princípio, os súbditos do Imperador da China não participavam na vida própria da cidadela. Eram governados por magistrados sujeitos à legislação imperial. Administrativamente, não pertenciam a Macau, já que, para a administração chinesa, Macau não tinha uma existência autónoma, fazendo parte do distrito de Heungsan (hoje Jungsan, Mand. Zhongshan). Aliás, o significado histórico, etnicamente restrito, da palavra *macaense*, radica-se nesta característica: os chineses, que viviam tecnicamente fora de muros, não se consideravam membros da cidadela católica que era Macau. Assim, ainda hoje, é frequente ouvir pessoas chinesas dizerem em cantonense que moram em *O3 Moon4 Caai1* (lit. a estrada de Macau).

Este sistema, que o historiador K. C. Fok chama a *Fórmula Macau*, foi instaurado na segunda metade do século XVI. Na altura, ele dependeu de uma negociação altamente ambivalente, mas que acabou por durar muitos séculos: «As *relações comerciais* [...] tornaram-se possíveis pela *convivência dos magistrados provinciais*. A *troca* era voluntária. A sua *continuidade* dependia tanto da *boa vontade dos Portugueses*, que respeitavam as suas obrigações para com os magistrados locais, quanto da *aceitação* por

parte dos magistrados chineses de correrem o risco de virem a ser censurados por Pequim. Em termos realísticos, dependia de saber se ambos os lados tinham uma necessidade suficientemente forte dos proveitos que podiam retirar da troca. Mas a fórmula, para funcionar, dependia sobretudo da boa vontade e tranquilidade dos Portugueses em Macau.»

Para compreendermos Macau, assim, há que perceber a história desta separação negociada entre uma população chinesa que vive aqui, mas não se distingue em nada de essencial do resto da população do Império, e uma população crioula local (*to2 saang1*) que se distingue, no entanto, do resto do Império por duas características diferenciadoras: serem *súbditos do Rei de Portugal* e serem *católicos*.

Esta população integrava membros de grupos não-portugueses através essencialmente de dois processos: o casamento (ou o concubinato) e a conversão. No que se refere ao primeiro caso, algo que parece ter caracterizado as relações sexuais interétnicas em quase todos os contextos ultramarinos portugueses é a facilidade com que os portugueses perfilhavam os frutos de relações suas com mulheres de outras sociedades — mesmo quando essas relações eram temporárias ou não eram tratadas com a dignidade do casamento religioso.

O contrário era característico dos meios anglo-saxónicos — por isso as situações étnicas em Hong Kong e Macau devem ser nitidamente diferenciadas. Como dizia um velho macaense: «*A um mestiço de português, chamava-se português. A um mestiço de inglês, chamava-se half-cast.*» Os ingleses de Hong Kong não estavam prontos a aceitar como seus filhos de pleno estatuto, os seus filhos biológicos de mãe chinesa. Assim, em Hong Kong, até aos anos 1970, era prática corrente distinguir entre *Europeans*, *Eurasians* e *Portuguese* — estes últimos eram praticamente todos oriundos de Macau e, portanto, resultado de vários séculos de mestiçagem.

Uma segunda forma pela qual a sociedade portuguesa integrava pessoas com origens étnicas distintas era através da conversão ao Catolicismo particularmente quando se tratava de pessoas que eram educadas desde jovens como portugueses. Até 1841, o governo da Dinastia Qing proibia que qualquer chinês se convertesse ao Catolicismo. Assim, até então, todos os chineses que se convertiam, perdiam a sua identidade étnica chinesa, cortavam o rabicho (simbolizando assim a sua desvinculação da Dinastia Qing), envergavam roupas ocidentais, adoptavam um nome português e eram integrados de uma forma ou outra dentro da comunidade lusófona.

Para a população chinesa, esta opção era considerada como uma profunda traição, não só à etnia chinesa como tal, mas especialmente aos antepassados da pessoa em causa — o que, aos olhos da tradição confu-

ciana, era ainda mais revoltante. A «paróquia pessoal» (missionária) de São Lázaro foi fundada em 1846 precisamente para responder às exigências do número crescente de católicos chineses que passaram a existir a partir do momento em que o governo da Dinastia Qing, como resultado das Guerras do pio, passou a permitir que pessoas de etnia chinesa se convertessem ao Cristianismo sem para tal terem que perder a sua referência étnica.

Contudo, o preconceito confucionista contra os católicos resultante do facto da Igreja Católica impedir os conversos de continuarem os rituais de reverência ancestral manteve-se surpreendentemente forte até há bem pouco tempo. As atitudes da Igreja mudaram nos anos 60, mas também o sentido de vergonha que a tal estava associado se diluiu, agora que tantos dos chineses urbanizados deixaram de realizar sistematicamente muitas dessas práticas.

A composição étnica de Macau — grandes categorias étnicas

Ao seu nível mais geral, a vida social em Macau tende a estruturar-se em torno de dois universos linguísticos: o cantonense e o português. Cada um destes universos tem os seus meios de comunicação social, o seu sistema educativo e as suas formas específicas de sociabilidade. Apesar de corresponderem a um certo sentimento de identificação pessoal, não trataremos estes universos como comunidades étnicas, até porque a mesma pessoa tem frequentemente acesso a mais do que um.

Existem três categorias étnicas principais em Macau que têm uma longa história no Território: os portugueses, os macaenses e os chineses. Contudo, as relações entre estes grupos não são do mesmo tipo e os próprios grupos estruturam-se internamente de forma diferenciada.

a) *Os portugueses em Macau*

Os portugueses que estabeleceram vida em Macau no período anterior à grande mudança social e política dos meados dos anos 1970, estão maioritariamente integrados nas redes sociais dos macaenses. Os que chegaram posteriormente, e particularmente os que foram chamados ao Território para integrar o crescimento do aparelho administrativo que ocorreu na segunda metade dos anos 1980, tendem a diferenciar-se dos macaenses.

A grande maioria destas pessoas passa poucos anos em Macau. Alguns deles, porém, criam laços no Território, estabelecendo-se de forma perma-

nente. Neste último caso, trata-se geralmente de pessoas que se encontram em profissões liberais e que se casam com macaenses ou chineses de Macau. Ainda é muito cedo para julgar sobre as opções identitárias étnicas dos seus filhos. A experiência do passado indicaria que, nos casos em que os filhos ficam em Macau, estes acabarão por se integrar na vida social macaense.

b) *Os macaenses*

Usarei aqui a noção de *crioulo/a*, a propósito dos Macaenses. Este termo, hoje em dia internacionalizado, tem uma origem lusófona, tendo-se tornado, na segunda metade do nosso século, uma noção importante nas ciências sociais.

Na sua origem, a palavra referia alguém que, num contexto colonial, era criado no seio de uma família da etnia dominante (geralmente distinta da dos seus pais biológicos), retendo um estatuto doméstico hierarquicamente inferior — sem que isso implicasse necessariamente menosprezo pessoal. Mas os sentidos variavam de local para local. A *Enciclopédia Luso-Brasileira* dá-nos quatro significados principais: «Indivíduo nascido na América e de ascendência europeia», «Indivíduo de raça negra nascido no Brasil», «Criança de colo», «Filho adoptivo». «Fâmulo criado em casa desde pequeno». Em Macau, a palavra reteve este último significado na linguagem dos lusófonos até muito tarde. Ainda nos anos 60, a palavra era usada em Macau nesse sentido.

Contudo, quando mais tarde se torna corrente nas ciências sociais internacionais, o termo assume um significado distinto. Assim, hoje, os autores de nomeada que o usam (por exemplo, na antropologia, Abner Cohen ou Ulf Hannerz), aplicam-no geralmente a entidades colectivas (culturas, línguas, grupos étnicos) e raramente a indivíduos particulares. A noção é usada para referir uma entidade sócio-cultural cujos elementos centrais derivam do cruzamento de outras tradições historicamente mais fortes, com as quais continua a manter contacto.

É neste sentido que se diz dos grupos sociais hoje dominantes em Angola, por exemplo, que são uma elite crioula. Abner Cohen adopta-o no seu brilhante estudo sobre a elite de Serra Leoa. Mais ainda: há quem mantenha que, nos nossos dias, vivemos todos numa condição crioula que resulta do cruzamento de culturas e instituições, característico das grandes metrópoles contemporâneas. James Clifford escreveu que, com o surgimento

de uma cultura global, nos estamos todos a tornar crioulos nos nossos arquipélagos urbanos.

E em Macau, haverá uma cultura crioula neste último sentido? A investigação que tem vindo a ser realizada sugere que, de facto, houve uma cultura crioula. Durante longos séculos, os súbditos do Rei de Portugal residentes na cidade foram interiorizando influências de toda esta vasta região marítima da Ásia Oriental e foram criando uma forma de viver, de vestir, de comer, de falar e de ver o mundo que era tão «crioula» quanto as que os cientistas sociais normalmente designam por esse termo. Era uma sociedade e uma cultura com características identificáveis — com uma estruturação e uma identidade próprias.

As mudanças sociais, políticas e demográficas que se verificaram no Macau das últimas décadas significam que, nos nossos dias, pouco sobrevive dessa cultura crioula. Apesar da identidade étnica macaense se manter bem viva, os Macaenses que entrevistamos não transportam consigo uma cultura própria, que os caracterize ou distinga dos outros grupos étnicos presentes na cidade. Eles comungam do que poderíamos chamar uma *condição de interculturalidade*. Não queremos com isto negar que há disposições culturais, atitudes, hábitos, representações colectivas, que lhes sejam próprias. Só que estas não formam um todo estruturado, disposto a uma reprodução enquanto todo, contrariamente ao que se passava quando a cultura crioula macaense ainda estava viva.

Interessante é perguntar-mo-nos por que é que na cultura crioula preservada nas obras dos que investigam a história da cidade, a componente chinesa era relativamente minoritária. Tendo o contacto com as culturas malaia ou indiana sido tão mais passageiro que com a cultura cantonesa, é surpreendente que a cultura macaense tenha retido sinais tão claros desses contactos, enquanto que o permanente e sempre mais intenso contacto com o mundo chinês, tenha deixado traços relativamente pouco fortes.

Qualquer resposta no sentido de que os Macaenses estavam isolados da cultura chinesa, eram ignorantes desta, não se casavam com chineses ou simplesmente não gostavam da língua ou da comida chinesas, parece-me ser pouco satisfatória. O contacto era diário e era intenso. Pelo que podemos julgar, desde há longa data que a capacidade de traduzir é um dos principais meios de sobrevivência dos Macaenses. Basta, aliás, referir que, até há bem pouco tempo, todo o Macaense era criado por uma ama, com quem frequentemente mantinha relações pela vida fora.

A resposta a esta pergunta tem que ser procurada na própria natureza do campo de forças (culturais e étnicas) que constituíam Macau. Na cidade cristã do período pré-colonial, ser chinês, ser súbdito do Imperador

da China e sujeito aos mandarins da região, ser budista e taoísta e adoptar uma forma de vida quotidiana cantonense, eram opções incompatíveis com ser português, ser súbdito do Rei de Portugal e localmente sujeito ao Leal Senado, ser cristão, falar português, etc. As duas alternativas não tinham nada de biológico ou genético — eram opções sócio-culturais. Uma definia-se por contraposição à outra. O indivíduo que tentasse misturar as duas opções corria gravíssimos riscos, porque caía fora da alçada legal de ambas as partes, ameaçando-as a ambas. Em certos trechos do seu romance *A Cily of Broken Promises*, Austin Coates explora esta questão com brilhante penetração histórica.

Assim, como hipótese interpretativa, parece-nos bem mais razoável propor que a razão da relativamente menor influência da cultura chinesa na cultura crioula de Macau se prende com o facto de, na época, as duas opções sócio-culturais se terem definido mutuamente como alternativas. Não era, sem dúvida, a ignorância da cultura chinesa ou o isolamento genético que explicam o facto dos súbditos do Rei de Portugal terem mantido em Macau uma identidade étnica e cultural distinta da cultura que os rodeava. Não é de surpreender que a influência cultural das mulheres malaias (que quando cá chegavam já vinham convertidas) tenha sido mais facilmente interiorizada pela cultura crioula de Macau do que a das chinesas (que, se bem que mais próximas e numerosas, pertenciam ao campo étnico adverso).

Hoje, não é possível saber quantos são os habitantes de Macau que se consideram macaenses (*to2 saang1*); em primeiro lugar, porque há uma real escassez de informações estatísticas e, em segundo lugar, porque a própria natureza dos macaenses como grupo que ocupa um espaço intermédio entre a maioria chinesa e a minoria administrativa portuguesa, dá azo a um número importante de situações de definição incerta.

Uma estimativa aproximativa a partir de um estudo da administração do Território sugere que o número actual de pessoas que se integram na comunidade étnica macaense presente no Território será aproximadamente 7.000.

Urge insistir que existem numerosos macaenses em Hong Kong, assim como espalhados por todo o mundo. É provável que, neste momento, o número de pessoas que originaram nesta comunidade e que vivem no estrangeiro seja igual ou mesmo superior aos que habitam no Território. Esta dispersão não deve ser interpretada como algo de recente — como resposta às alterações políticas que se avizinham.

Talvez a melhor forma de caracterizar os principais termos da sua auto-identificação seja citando a forma como um macaense apresentou a questão no decorrer de uma entrevista:

«Fundamentalmente, ser macaense é ser natural de Macau, mas para uma interpretação desta comunidade, a palavra significa todo aquele que nasceu em Macau mas tem cultura portuguesa. [...]

«O macaense é um bocadinho difícil, não é fácil. O que é certo é que, para se encontrar uma definição concreta nós sabemos se fulano-de-tal é macaense ou não porque ele tem certas coisas, certas maneiras de ser, certa maneira de falar, de pensar, que o identifica integralmente como macaense [...].

«Ser macaense é fundamentalmente ser de Macau, descendente de portugueses. Mas não é necessariamente ser descendente luso-chinês. A comunidade local nasceu do homem português, [...] mas a mulher foi inicialmente goesa, siamesa, indo-chinesa, malaia e vieram nos nossos barcos para Macau — e, esporadicamente, chinesas.

«Quando nos estabelecemos aqui, os chineses ostracizaram-nos. Os portugueses tinham as suas mulheres, então, que vinham de fora, mas não podiam ter contactos com as mulheres (chinesas), excepto as pescadoras, as tancareiras, e as próprias escravas vendidas. Foi a classe mais baixa dos chineses que contactou, nos primeiros séculos, com os portugueses. Mas depois a força da cristianização, dos padres, começou a convencer os chineses a se tornarem católicos. [...] Mas, quando começam a ser católicos, baptizam-se com nomes portugueses e são ostracizados pelos chineses budistas. Então recolhem-se à comunidade portuguesa e os filhos começam a ter educação portuguesa sem uma única gota de sangue português.»

No decurso da investigação encontramos *três vectores principais de auto-identificação* que são utilizados pelas pessoas para se classificarem a si próprias ou aos outros como macaense; a ordem como estes vectores serão aqui apresentados não deve ser vista como expressão de uma importância relativa.

Um destes vectores é a *língua* e refere qualquer tipo de associação de um indivíduo ou da sua família com a língua portuguesa. Outro vector é a *religião* e inclui qualquer forma de identificação individual ou familiar com o Catolicismo. Finalmente, o terceiro vector é a *miscigenação* entre sangue europeu e asiático.

Cada um destes vectores pode constituir a base de identificação da pessoa macaense, embora não sejam necessários os três para que uma pessoa se identifique a si próprio ou identifique outrem como macaense. Por outras palavras, é possível um indivíduo ser considerado macaense mesmo não possuindo um dos três traços indicados pelos referidos vectores. Por exemplo, há hoje pessoas em Macau, consideradas por todos como

macaenses, apesar de não serem produto de miscigenação entre europeus e asiáticos; ou outras pessoas, ainda, que sendo consideradas macaenses, todavia não controlam bem o português. Há um certo elemento de escolha pessoal na pertença ou não a este grupo já que, por outro lado, poderíamos igualmente citar instâncias de pessoas cujo passado familiar euro-asiático indicaria que elas seriam macaenses mas que, por razões de natureza pessoal, optaram por uma identidade chinesa e vice-versa.

Deve ser entendido, contudo, que aquelas pessoas e famílias que reúnem os três traços referidos e que, além disso, adquiriram um nível relativamente elevado de sucesso educacional e/ou económico — as chamadas *famílias tradicionais* —, constituem um núcleo de famílias à volta do qual a identidade macaense se constrói a ela própria como comunidade.

Como resultado da investigação realizada no Território tornou-se patente que ocorrera uma *profunda alteração no interrelacionamento étnico* no período que vai do 1.2.3 (1966/7) ao consulado de Almeida e Costa (1981-1986). Esse reposicionamento étnico mudou a dinâmica de forças no Território e veio abrir portas a uma possível sobrevivência dos macaenses num Macau governado por chineses depois de 1999. Sumariamente, a essência desta mudança foi o abandono de atitudes exclusivistas para com os chineses e a adopção de atitudes de distanciamento identitário por relação aos portugueses da República. Concomitantemente, o discurso da elite macaense alterou-se. Verificou-se um progressivo abandono de referências identitárias valorativas a um *capital de portugalidade* e apareceu um novo discurso identitário étnico que valoriza um capital de comunicação intercultural. Esta alteração ocorreu em paralelo com o que se chama em linguagem sociológica, uma convergência de lugares de classe de dois grupos de origens étnicas distintas.

Em seguida identificaremos alguns dos aspectos desta convergência. Em primeiro lugar, encontrando-se em níveis económicos e educacionais comparáveis, há uma crescente tendência para a realização de casamentos entre pessoas de etnias diferentes mas posições de classe semelhantes. Entre 1975 e 1990, 64% dos casamentos católicos que envolveram um nubente macaense realizaram-se com um chinês. Ao mesmo tempo, a assimetria de sexo que caracterizava os casamentos interétnicos no período anterior tende a desaparecer: entre 1961 e 1964, nos casamentos católicos que envolveram um nubente chinês e um nubente macaense, a percentagem em que o noivo era chinês era de 20%; entre 1987 e 1990, porém, o homem é chinês em 46% dos casos.

Em segundo lugar, estando ambos os grupos igualmente sujeitos à sociedade de consumo, ambos reagiram integrando-se progressivamente no

universo dos *mass media* controlados por Hong Kong. Hoje em dia, as referências culturais dominantes, tanto para os jovens chineses como para os jovens macaenses, são as veiculadas pelos canais televisivos ingleses e cantonenses de Hong Kong.

Em terceiro lugar, de um ponto de vista linguístico, há a procura de uma linguagem comum. Não queremos dizer com isto que haja uma única língua, mas sim que a preocupação com a existência de *veículos de intercomunicação linguística* é hoje patente. Os macaenses mais jovens já não falam o Cantonense roufenho dos mais velhos, pelo contrário muitos honram-se até do seu Cantonense padrão e há mesmo um bom número que começa a aprender a escrever chinês. Quase todos os chineses de classe média, por outro lado, falam hoje o inglês internacional que permite a sua integração na cultura global veiculada pelos *mass media* internacionais e que os macaenses já falam desde os meados do século passado. Finalmente, verifica-se de 1987 a esta parte, um crescente interesse em aprender português por parte dos jovens chineses com aspirações a ser quadros, tanto no sector público como no privado.

Estas tendências de aproximação que temos vindo a identificar, porém, não devem ser interpretadas como significando necessariamente uma progressiva dissolução dos macaenses na maioria cantonense. A identidade étnica macaense continua muito viva.

Nos últimos três anos do nosso século ocorrerá com toda a probabilidade uma renegociação das relações étnicas em Macau. Caso as condições políticas existam para que os macaenses (tanto quanto os chineses de classe média que possuem passaporte estrangeiro) não vejam ameaçadas a sua liberdade e segurança pessoais, é muito provável que continuem a existir macaenses na cidade depois de 1999. Dada a sua vocação para a comunicação intercultural, se o Território continuar a ser um ponto de passagem económico e turístico como tem sido nas últimas décadas, estes macaenses terão um papel importante a desempenhar, apesar de terem perdido o seu papel privilegiado na função pública.

c) *Os chineses em Macau*

De todas as comunidades existentes no Território, a menos conhecida em termos científicos é a maioritária — a comunidade chinesa Han. Por chineses Han, referimo-nos à identidade étnica maioritária na República Popular da China, sendo que existem 55 outras identidades étnicas (Mand. *minzu*, Cant. *man4 juk6*) legalmente reconhecidas pelo estado chinês.

É ponto assente entre a maioria dos antropólogos sócio-culturais que têm vindo a trabalhar sobre a China, que estas identidades étnicas legalmente reconhecidas (*minzu*) não são suficientes para abarcar a real diversidade étnica deste variadíssimo país. Em particular, é importante insistir que, contrariamente ao discurso oficial chinês, os antropólogos têm vindo a descobrir a existência de uma *considerável diversidade étnica interna* ao grande grupo Han (seja ela caracterizada de étnica ou sub-étnica — o que, em última instância, é irrelevante).

Algo ainda a tomar em conta, sobre o qual insistem as autoridades que têm vindo a discutir estas questões (entre outros Albert Yee ou Wang Gungwu), é que a *identidade étnica chinesa não implica uma identidade nacional*. Para tal teriam contribuído vários factores. Entre outros, contaram o facto da última dinastia imperial ser Manchu e não chinesa Han assim como, mais recentemente, a existência de dois estados soberanos plenamente legitimados como chineses, em Taiwan e na RPC.

Na verdade, nos últimos séculos, a existência de fortes comunidades chinesas na Diáspora, deve ser compreendida nestes termos. Tanto nos Estados Unidos da América como ainda em Singapura, temos tido ampla evidência de como o forte apego dos chineses à sua tradição cultural e étnica não implica qualquer adesão particular ao estado chinês ou à elite que o governa.

No que se refere a esta questão, há ainda que tomar em conta a tradição confucionista. Como insistem as autoridades neste campo (por exemplo, Wm. Theodore de Bary), o Extremo Oriente vive, nos nossos dias, numa condição pós-confucionista, tal como o Ocidente vive numa condição pós-cristã. Nem a modernização nem o comunismo conseguiram apagar os traços desta tradição cultural³.

Ora, um dos aspectos centrais da tradição confucionista é a importância da *piedade filial*, nomeadamente tal como é representada pela sucessão agnática (patrilinear). O culto privado aos antepassados em altares domésticos e, nas épocas correspondentes do ano, nos cemitérios ou nos túmulos rurais, está muito vivo. Entre os chineses que vivem na Diáspora, tal como os que, no interior da RPC, mudaram de residência, a visita às aldeias ance-

³ Enquanto religião organizada em torno ao culto público dos antepassados nos templos do clã, o Confucionismo terá perdido muito do seu significado. Mas enquanto pano de fundo cultural de toda uma forma de vida, a sua influência continua a ser central. É de notar que, até na RPC, os antropólogos que têm vindo a fazer trabalho de campo na última década, são concordantes neste aspecto.

trais onde se encontram os túmulos dos antepassados é ainda muito praticada⁴. O que isto significa é que, não por via de um apego ao estado, mas sim por via individual de um apego ao culto dos antepassados, os chineses que se encontram fora da China estão frequentemente muito presos ao *local de origem* do qual partiram. Existe a concepção de que, aconteça o que acontecer, esta origem nunca pode ser alterada.

Em Macau, não existem números significativos de qualquer uma das minorias chinesas (*minzu*). Entre os chineses Han, porém, a diversidade é larguíssima. Ela estrutura-se segundo vários eixos: especialmente, o da *origem*, o da *língua* e o da maior ou menor *associação com a cidade*.

A distinção étnica (ou sub-étnica) mais antiga é a que separa os habitantes da terra dos Pescadores (*Tanka*). Estes últimos constituíam uma parte importante da população chinesa de Macau no passado porque, como habitavam em barcos, estavam parasiticamente ligados à vida da cidadela cristã.

Os poucos estudos que sobre eles foram feitos, indicam que os Tanka continuam a existir hoje em Macau como uma identidade étnica autorefenciada, se bem que tenham maioritariamente deixado as suas habitações marinhas, optando por viver em apartamentos na cidade. Esta mudança, assim como a crescente escolarização das suas crianças, significam que há uma tendência à progressiva indiferenciação por relação ao resto da população.

No passado, a população chinesa de Macau incluía um forte componente de *Fuquinenses* (falantes do dialecto Min, também conhecido por Hokkien). Com o tempo, porém, estes integraram-se e a maioria da população passou a ser oriunda do distrito de Jungsan (Mand. Zhongshan). Assim, a língua que se falava nas ruas de Macau até aos meados do nosso século, segundo W. L. Woon, era o dialecto que predomina neste distrito, o dialecto de Sek Kei (Mand. Shiqi). Mais recentemente, porém, devido à escolarização e aos *mass media* de Hong Kong, o cantonense padrão tornou-se a língua predominante.

Ainda segundo o mesmo autor, a população chinesa de Macau seria constituída maioritariamente por gente das zonas rurais de Guangdong (um terço destes seria de Jungsan). Haveria ainda um contingente minoritário de Fujien e dois contingentes, ainda mais pequenos, de gente de Jiangsu e de Zhejiang. Esta informação, contudo, não pode ser considerada de forma alguma como definitiva.

⁴ Este culto está associado a noções de prosperidade causada por meio do fong1 soi2 e é fácil encontrar referências à sua importância no dia-a-dia das gentes de Hong Kong e Macau.

Nos nossos dias, a principal diferença entre os chineses presentes no Território — aquela que mais marca as formas de sociabilidade e os sentimentos de identidade pessoal — prende-se com a *pertença ou não ao Território*. A categoria central por relação à qual as outras se diferenciam é a de pessoa local (Cant. *boon2 dei6 ian4*). A categoria é pouco exclusivista⁵. Ela tende a incluir todas as pessoas que conseguem adoptar as formas de vida e de expressão características da cidade (implica a fala de cantonense com o sotaque local). Não é tanto o nascimento que conta, como o facto da pessoa ter feito a sua escolaridade básica em Macau, particularmente se tiver um perfil de classe média.

Sem que haja qualquer dúvida de que estas pessoas são chinesas, e que se sentem fortemente vinculadas a essa identidade étnica, a sua história pessoal e familiar, a sua educação, a liberdade religiosa e de expressão a que estão habituados, o seu cosmopolitismo relativo, o facto de frequentemente falarem Inglês (ou minoritariamente Português) e viajarem livremente, dão azo a fortes sentimentos de diferenciação vis-à-vis os chineses da RPC. Um importante contingente deles são cidadãos portugueses desde o seu nascimento e são filhos de cidadãos portugueses. Há ainda que ter em conta com o facto sócio-político destas pessoas e a suas famílias não terem vivido as violentas experiências de manipulação cultural associadas ao regime comunista chinês e, muito em particular, durante a Revolução Cultural.

Segundo todas as previsões económicas, a futura prosperidade de Macau não poderá assentar sobre a mão-de-obra barata. Como tal, o capital sócio-educacional e o capital financeiro que estes residentes de Macau detêm é uma condição para a continuação do crescimento económico durante as primeiras décadas do século XXI.

Muitos destes «chineses de Macau», possuindo um passaporte português, ou tendo obtido um passaporte estrangeiro (geralmente de um país de língua inglesa) estão prontos a mudar de residência caso as condições sociais e políticas na cidade não sejam satisfatórias. O sentimento de apego à vida local, contudo, e o conhecimento que têm de quanto beneficiariam se pudessem ficar na sua cidade de origem, significam que é frequente estas pessoas tornarem-se «astronautas» — esta é a palavra usada na gíria local, assim como entre os chineses da Diáspora, para referir os que, tendo formalmente emigrado com as suas famílias, mantêm um forte laço económico e social com Hong Kong ou Macau.

⁵ Incidentalmente, esta categoria inclui também os *to2 saang1*, macaenses.

Por relação a este grupo diferenciam-se três outras categorias de pessoas cuja pertença ao Território é menos marcada. Em primeiro lugar, os *emigrantes pobres* oriundos da província de Cantão que, por vias mais ou menos clandestinas, conseguiram fixar-se na cidade durante os anos 80. Os sentimentos de diferenciação relativos a estas pessoas integram uma componente classista — já que são frequentemente pessoas com hábitos e pronúncias rurais e com um poder de compra inferior ao da população estabelecida há mais tempo. São referidos, de forma depreciativa, como *Ah Chaan*. Como demonstra a investigação realizada por Wang Yau-Kwan, muitos destes têm laços de parentesco com habitantes mais antigos da cidade. No entanto, o estudo em causa mostra que estes laços tendem a não corresponder a sistemas activos de entreaajuda.

Em segundo lugar, encontram-se os *chineses vindos da Diáspora* (e, em particular, dos países do Sudeste Asiático — conhecidos conjuntamente em cantonense como *Naam4 Yeung4*). A maioria destes vieram para a cidade nos anos 60, numa altura em que a posição dos chineses nesses países recém-independentes se tornara bastante difícil. Hoje, falam maioritariamente cantonense. Trata-se de um grupo bastante diferenciado mas cujas relações com os locais não envolvem tanta tensão como os outros dois. São pessoas com um perfil de classe média e, frequentemente até, com níveis de educação superiores à média.

Em terceiro lugar, temos os *chineses do norte*, falantes de mandarim. Durante o período imediatamente anterior à declaração da RPC (1949) vieram bastantes para Hong Kong e Macau. A partir dos finais da década de 1980, porém, o número aumentou consideravelmente. Menos numerosos, com níveis sócio-educacionais relativamente elevados, ignorantes de cantonense e nem sempre simpatizantes para com a cultura e os hábitos cantonenses, é muito frequente sentir-se animosidade para com eles por parte dos residentes de Macau.

Para se compreender a forma como se integram estes sentimentos de diferenciação identitária em termos de estruturas de acção colectiva é importante fazer alguma referência, se bem que sumária, às elites que dão coerência a estes grupos. Podemos descrever em breves traços a *elite chinesa* como integrando pessoas com três origens bastante diversas. Em primeiro lugar, os «*chineses de Macau*»; residentes do Território há mais de duas gerações e com sólidas fortunas pessoais radicadas no comércio. De entre estes, os mais velhos, constituem talvez a mais poderosa força em Macau. As suas opções tendem a ser muito conservadoras, o que, tendo em vista a peculiar história de Macau, significa que, por um lado, são as figuras mais empenhadas na aliança com a RPC iniciada no período que conduziu

ao1,2,3 mas, por outro lado, são também influentes no mundo dos negócios e no mundo das sociedades secretas. Os mais novos tendem a ser pessoas educadas à Ocidental (em geral, em países anglófonos) com atitudes pessoais e políticas mais liberais que as dos seus pais e cuja fortuna assenta essencialmente sobre a indústria.

Em segundo lugar, temos os que chegaram da RPC depois de 1979. Entre estes encontramos dois perfis de elite: os novos-ricos, cuja fortuna pessoal recente está geralmente ligada a actividades mais ou menos clandestinas; e os intelectuais, fugidos da atmosfera repressiva da China. Poucos de entre estes têm vindo a emergir como líderes de opinião, já que nem se sentem identificados com a presença portuguesa nem se sentem capazes de sustentar uma aliança com um regime que os forçou a emigrar. Entre eles, há uma poderosa apatia política pois estão muito virados para a re-emigração.

Em terceiro lugar, entre o contingente dos chineses vindos dos países do Sudeste Asiático encontram-se algumas figuras com destaque financeiro ou intelectual que têm vindo a assumir uma posição pública independente.

d) *Outros*

Existem ainda vários outros grupos étnicos que, não jogando um papel central na dinâmica política e económica do Território, têm uma presença em Macau desde há longa data: os Indianos, os Paquistaneses, os Tailandeses, os Timorenses e os Filipinos. A presença destas pessoas tende a assumir *menor visibilidade*, até porque a sua estadia na cidade é, em regra geral, de curta duração. No caso dos Indianos e dos Paquistaneses, porém, há famílias que estão radicadas em Macau há muito tempo, tendo até em alguns casos perdido a nacionalidade original.